

‘Não se pode descartar o triunfo eventual de um aventureiro’

Continuação da página 5

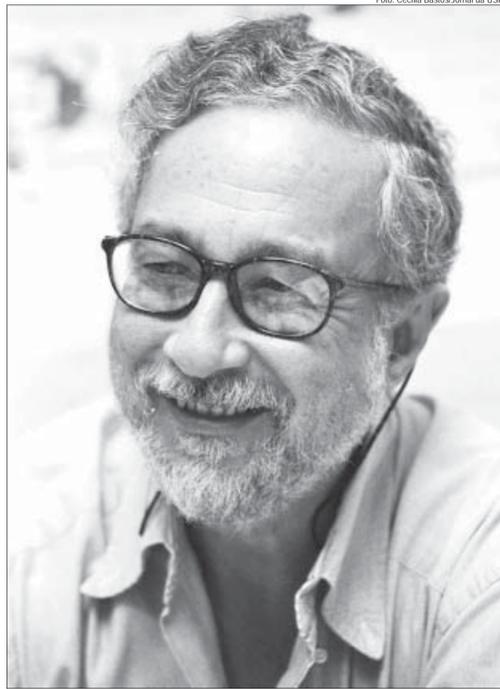
JU – Como é natural, o governo tem pressa de acabar com a crise, enquanto à oposição interessa prolongá-la até os limites do processo eleitoral. Quais deverão ser os próximos lances dessa queda de braço?

Franklin Leopoldo e Silva – Como resultados de uma investigação séria não interessam a ninguém, a questão é como encenar a comédia. O governo quer final rápido, a oposição quer prolongar porque precisa da carona que o PT lhe deu sob os holofotes. Afinal todos agora têm aparição gratuita garantida na TV quase diariamente. O governo poderá valecer se (ainda) tiver o que barganhar. Atitudes truculentas, como denunciar o denunciamento, só fortalecem a oposição, que pode assim acusar o governo de tentar obstruir. Por outro lado o governo não tem nada que possa usar para desviar a atenção. Por fim as novidades vão acabar envelhecendo, a imprensa vai procurar notícias mais frescas e vendáveis e o telespectador das sessões das CPIs vai se cansar ou cair no sono. Então, como sempre aconteceu, *eles* vão se entender entre *eles*, dividir lucros e prejuízos, e nós vamos ficar aguardando o próximo espetáculo. Se ainda fosse preciso provar a falência da Política, aí estaria um testemunho eloquente.

José Nêumanne – O velho Lênin dizia que a gente sabe como começa uma revolução, mas nunca sabe como ela termina. O mesmo vale para uma crise dessas dimensões. Não dá para prever nada. Tendo a concordar com o deputado ACM Neto, que, segundo escreveu Diogo Mainardi na *Véja*, disse que a oposição perdeu a chance de desalojar Lula do poder ao não entrar com o *impeachment* no dia do depoimento do Duda Mendonça. A aposta pela oposição no desgaste do presidente é sua melhor “blindagem”. Mas acho que Lula chegará forte à reeleição, embora não esteja mais praticamente reeleito, como estava, antes das denúncias de Jefferson.

Leda Paulani – Creio que observaremos vários momentos como esse, entremeados de outros em que a temperatura subirá muito. Se se conseguir manter esse clima até o período eleitoral, o objetivo maior terá sido alcançado. Mas é claro que isso pode não dar certo. Como se trata de uma operação delicada, que envolve a opinião pública e a dinâmica do Congresso, o qual eventualmente pode ter algum laivo de vida própria, a crise pode sair do controle produzindo ou sua própria morte e a ressurreição política de Lula, ou seu exacerbamento vital e o envolvimento da economia. Evidentemente nenhum desses resultados interessa à oposição e tudo será feito para evitá-los.

Reginaldo de Moraes – De fato, existe essa queda de braço e isso revela os objetivos que estão sendo jogados nessas CPIs: não há, de fato, preocupação com “acabar com a corrupção” ou com modificações de fundo na legislação partidária, eleitoral, etc. O que se tem é, de fato, uma disputa que tem como horizonte a eleição do ano que vem. É isso que está em jogo. Até uma criança percebe. Por isso, os passos serão determinados por esse objetivo: o cálculo com relação às eleições do final de 2006. Corrupção não é o principal problema do governo Lula, na minha opinião. Longe disso. E corrupção não é problema inventado no governo Lula. Passamos por oito anos de governo FHC, com o maior programa de privatizações do planeta, com mais de 100 bilhões sendo negociados em processos suspeitíssimos, em que até uma parte do governo “grapeou” a outra para tirar proveito – o governo conseguiu abafar qualquer investigação, porque detinha maioria no Congresso e porque a grande mídia tinha todo interesse em preservar o programa de privatizações.



Franklin Leopoldo e Silva: “Atitudes truculentas, como denunciar o denunciamento, só fortalecem a oposição”

Se a memória não me trai, também não houve espaço em mídia para manifestos de intelectuais da universidade a esse respeito, mesmo que eles os tivessem produzido.

JU – Até aqui, só o denunciante foi cassado. As CPIs tendem a fracassar?

Franklin Leopoldo e Silva – Talvez as negociações envolvam novas cassações. A evolução dos acontecimentos vai depender das relações entre Executivo e Legislativo, que, como se sabe, não são políticas, mas de negócios. É o peso relativo de vantagens de indivíduos e de grupos que deverá determinar a quantidade de cabeças a rolar – ou a quantidade de renunciantes que vão ganhar fôlego até a próxima eleição. O denunciante foi cassado porque praticamente pediu a punição e, em todo caso, ficou mais conhecido e popular nessa condição do que como deputado.

José Nêumanne – É uma injustiça jogar toda a culpa pela “pizza da impunidade” nas CPIs. A CPI dos Correios prestou um grande serviço à cidadania ao encaminhar os 18, que vieram 16, e depois 13, deputados “cassáveis” à Mesa da Câmara. A dos Binsgows também, ao exibir o nível da escumalha que freqüenta o poder na acareação da GTEch com Waldomiro Diniz e Rogério Buratti. Os donos da pizzaria estão no Planalto e na direção do PT. E os “pizzaiolos” são os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo. As CPIs têm feito o que podem, mas não podem muito contra a desqualificação organizada empreendida pela maioria governista no Congresso.

Leda Paulani – Como todo mundo sabe, as CPIs constituem, antes de mais nada, um grande teatro público, extremamente importante para os parlamentares, que acabam ganhando um “tempo gratuito” extra de televisão. Mas também desse ponto de vista, é preciso que algum resultado objetivo apareça, para que o teatro valha a pena e conte positivamente para os melhores atores. Uma CPI completamente fracassada, como foi a do Banestado, pega mal para os parla-

“O PT está fazendo mais ou menos o papel de ‘gente nova’ que quer entrar em território já ocupado por vetustas ‘famílias’”

Franklin Leopoldo e Silva

mentares. Hoje em dia, por exemplo, todos atribuem ao deputado José Mentor (seu presidente) o fracasso dessa Comissão. Isto posto, o grau de “sucesso” das CPIs vai depender da habilidade na condução da operação delicada de que falamos acima. Mais alguns serão cassados para que as CPIs não sejam vistas como um fracasso e passem para o grande público a ideia do dever cumprido. Mas alguns personagens serão blindados para evitar que entorne o caldo.

Reginaldo de Moraes – O denunciante foi cassado por que confessou, em primeiro lugar. E foi cassado, ao que parece, por acusar sem provas, o que também seria ferir o tal decoro parlamentar. Ora, se acusou sem provas e se a CPI não produzir provas, de fato, inclusive identificando quem corrompeu, isto é, quem forneceu o numerário para o golpe... então vai ser difícil cassar. A não ser que se opte por uma lista de nomes para “dar uma satisfação” ao cidadão público, depois do alarde. O que é pior?

JU – Vê-se que a crise é permeada por uma batalha secundária, de caráter semântico. Até há pouco era impossível ao governo negar a existência das denúncias, diante da força da linguagem empregada pela oposição. Agora, entretanto, o discurso presidencial já se permite enfatizar a palavra “denuncismo”, caracterizar a crise como “barulho” e até pedir “re-



José Nêumanne: “A aposta pela oposição no desgaste do presidente é sua melhor blindagem”

paração” ou “retratação” das denúncias feitas. Até que ponto isso pode influir no andamento das CPIs?

Franklin Leopoldo e Silva – Tudo que podia ser provado já foi. Não interessa a ninguém ir mais além, mais além ou mais alto. Nem todas as provas, no entanto, são tecnicamente procedentes para provocar processo jurídico. Portanto ninguém tem muito com que se preocupar – e ninguém vai precisar devolver dinheiro. O governo endurece o discurso na medida em que as CPIs – e as oposições – dão sinais de acomodação. É claro que os negócios não de prosseguir: o Legislativo vai custar cada vez mais caro e o governo vai ter de pagar, até porque já mostrou que o faz sempre que necessário. E essa despesa, ao contrário de investimentos sociais, é o tipo de gasto ao qual o ministro da Fazenda não opõe qualquer restrição.

José Nêumanne – Ao vencer a eleição para a presidência da Câmara e sentir aquilo que chamei de “refluxo” no início, o governo passou a “cartar marra”, como se diz na gíria. Pode ser um erro muito grande. Talvez semelhante ao da oposição, que está achando que pode eleger um poste contra Lula apenas por causa das denúncias de Jefferson e termina por se queimar nessa fogueira de vaidades, na qual qualquer um acha que pode ser o tal do poste. É melhor esperar para ver. Nessa situação como essa, não se pode descartar o triunfo eventual de um aventureiro tipo Collor. Garotinho está por aí rondando, como um espectro, a eleição e apresenta um perigo danado. Quem vai garantir que ele seja uma carta fora do baralho?

Leda Paulani – Essa reação do governo resulta de seu fortalecimento com a vitória na eleição da presidência da Câmara, que lhe deu uma sobrevida e criou o espaço para um revide. Claro que do lado deles, eles farão todo o possível para reverter completamente o quadro e, de preferência, abortar completamente o processo. Pedir reparação depois de ter assumido a culpa é uma demonstração de que esses movimentos não se determinam pelos móveis que parecem determiná-los (a apuração da verdade

“Uma CPI completamente fracassada, como foi a do Banestado, pega mal para os parlamentares”

Leda Paulani

sobre a corrupção, a compra de parlamentares, o caixa dois, o movimento escuso de milhões de reais, a evasão de divisas), mas pelo puro jogo partidário e de interesses tradicionais e de gente que faz isso há muito tempo, e para o qual o governo Lula, infelizmente, está dando uma enorme contribuição.

Em suma, não interessa a apuração da verdade, mas o resultado do jogo. E de fato lamentável que esse governo, do qual se esperava uma espécie de refundação da sociedade e o resgate da soberania do país, tenha se enredado nesse jogo mesquinho. Mas ele não é vítima. Simplesmente sofre agora os constrangimentos das escolhas que fez.

Reginaldo de Moraes – Política também vive desse tipo de batalha semântica. Quem define os termos, define o julgamento. Um presidente de partido, do PT, faz empréstimos bancários via um cidadão, o tal Valério, que oferece em garantia seus contratos de serviços ao governo. Chama-se isso de grave indício de corrupção. Pode ser, de fato. Um outro presidente de partido, do PSDB, faz o mesmo tipo de empréstimo, com o mesmo indivíduo e as mesmas garantias. O governador de São Paulo chama a isso de “problema eleitoral”. Conhecemos esse problema, vocabular. Crime de branco não é crime, é deslize. Garoto rico é “dependente”, esse é pivete maçoneiro. É claro que essa batalha verbal influencia o andamento das CPIs, até porque diz até que ponto cada lado quer que a investigação vá,



Leda Paulani: “Alguns personagens serão blindados para evitar que entorne o caldo”

qual o nome que deve ser dado a cada coisa.

JU – Não há o risco de a sociedade enfadar-se com a crise, as denúncias caírem no vazio e os crimes presumíveis passarem por normais dentro da dinâmica política?

Franklin Leopoldo e Silva – Isso de certa forma já aconteceu. Não há, da parte da população, tanta indignação quanto faz crer a imprensa e certos grupos de pressão, que trabalham por interesses próprios, mais lobby a pretexto da ética. A imprensa inflou o clima do “basta”. Afinal, todos estamos acostumados com corruptos espertos, que se locupletam durante anos e anos de mandatos legislativos e executivos, e a os quais nada acontece. Todos sabem, também, que se por trás das fraudes estivesse a competência dos partidos mais tradicionais e de gente que faz isso há muito tempo, tudo estaria na mais absoluta normalidade. O PT está fazendo mais ou menos o papel de “gente nova” que quer entrar em território já ocupado por vetustas “famílias”. Ou mostra cacife que o habilite a participar, ou é expulso.

José Nêumanne – Não é propriamente um risco. Esta é a história recorrente do Brasil. Um dia destes, meu amigo Roberto DaMatta, antropólogo maior, escreveu um artigo nos jornais exatamente sobre nossa mania de purgar, purgar, purgar e nunca punir. É por aí. Faz parte de nossas mais “caras” tradições republicanas, destas que o PT adora reproduzir. Radicalizando.

Leda Paulani – Esse risco existe, claro, mas ele é parte de um risco maior e muito mais danoso. Desde o fim da tutela militar, o país vive de esperança em esperança, sempre seguida de frustração: com a volta dos civis ao poder, porque o primeiro presidente foi o presidente do partido que apoiara a ditadura; com a Constituinte, porque a maior parte de seus princípios não saiu do papel; com a volta das eleições diretas para Presidência, porque o primeiro presidente democraticamente eleito teve de ser afastado por corrupção; com o Plano Real e a farsa

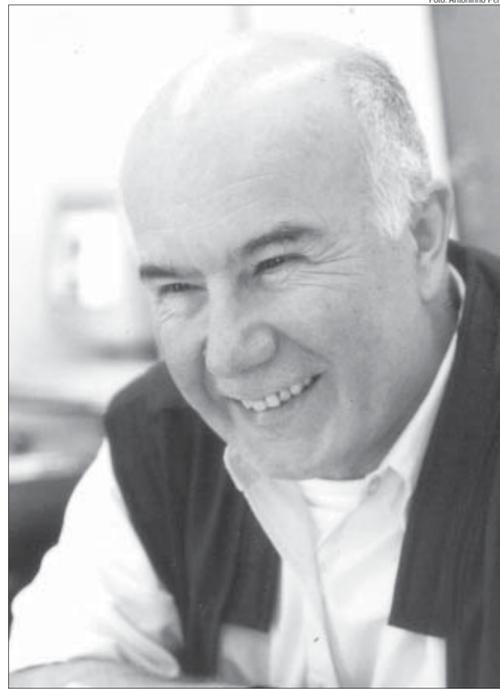
“Pode ser também que as pessoas vejam nesse embate um jogo em que os contendores se equivalem”

Reginaldo de Moraes

do real forte, porque ela se desfez numa enorme crise cambial; com a vitória do PT em 2002, porque não só não foram efetivadas as mudanças que se esperavam, como se demonstrou que esse partido faz política do mesmo modo fisiológico e antiético que ele sempre criticara nos demais. Por tudo isso, o risco não é de que os crimes passem a ser encarados como coisa normal dentro da política, mas é o risco da descrença total e cabal na democracia. Se a mudança dos governantes pela via democrática nada altera, então tanto faz e a política e a democracia mais atrapalham que ajudam. Com isso está aberto de vez o caminho para que o fascismo econômico que ora presenciamos se perpetue como coisa natural e com ele fascismos de outra espécie. Anomia política somada à anomia social já existente é uma equação que não traz nada de bom como resultado.

Reginaldo de Moraes – Há esse risco, claro. Esses “crimes presumíveis” já foram tidos por normais muitas vezes, no passado. Pode ser também que as pessoas vejam nesse embate um jogo em que os contendores se equivalem. Ou seja, que a “sociedade” veja nisso uma disputa eleitoral. Será tão difícil imaginar que isso aconteça? Não.

JU – Tal como estão colocadas, as denúncias tipificam um crime financeiro-crítico que inclusive teria in-



Reginaldo de Moraes: “A assim chamada sociedade brasileira já passou por várias pizzas e fraudes”

fluido nos resultados da última eleição, tornando-a portanto ilegítima. Contudo, essa tese contra o governo não parece prosperar. Tal como existe o argumento da “conspiração da direita”, não haveria também a hipótese de as forças econômicas – e por extensão as forças políticas – estarem interessadas numa “conspiração pela blindagem”, desde que o governo chegue exaurido à próxima eleição?

Franklin Leopoldo e Silva – Se crime financeiro-eleitoral fosse motivo para anular eleição, o Senado, a Câmara Federal, as assembleias estaduais e as câmaras municipais, bem como a maioria dos governos estaduais e prefeituras ficariam todos praticamente vazios. Quem elege é o poder econômico. E, atualmente, quem decide se governante em apuros permanece ou sai, também é o poder econômico. Banqueiros e empresários herdaram essa função que já foi desempenhada por militares. E como a moralidade da comunidade econômica se define pelo lucro, é este o único critério que vai apontar se o rei está nu ou está blindado.

José Nêumanne – A “blindagem” é uma realidade e já ultrapassou o estágio de conspiração há muito tempo. A plutocracia, que você descreve claramente na pergunta, faz parte dela, mas é apenas um elemento mais num conjunto de freios ao prometido e desejado processo de apuração e investigação “até o fim”, “duela a quem duela”, “cortando na própria carne”, etc. Decerto modo, até a oposição participa da tal da “blindagem”, um pouco por quebra, um pouco por saudeza. Da que já já falamos acima. Os opositoristas, tucanos principalmente, acreditam que se beneficiarão na eleição de um presidente debilitado pelas denúncias disputando a volta ao cargo. A saudeza está no noticiário cotidiano.

O PSDB ainda não percebeu que não pode cobrar de Lula o comportamento que o próprio partido não consegue ter com Eduardo Azeredo, seu presidente nacional. O alto tucanato não entendeu a vantagem que levaria na troca: o presidente da República pelo presidente nacional de um partido meia-boca. E aí “blindam” o presidente, vendendo essa ideia idiota de que ele não sabia de nada.

ra de uma possível “pizza”? Acredita que ela possa vir a acontecer?

Franklin Leopoldo e Silva – Uma pizza assada em forno brando, massa média, com recheio que satisfaça vários gostos e que não tenha assinatura ostensiva de um ou de alguns pizzaiolos, mas que seja verdadeiramente “da Casa” não é de se descartar. E não creio que haja grande impacto cívico. Pizza tornou-se algo tão trivial nesse país que a maioria das pessoas já está indiferente – até mesmo àqueles que saem mais caras.

José Nêumanne – Quando li o discurso de Lula na Fiesp exigindo desculpas para os inocentes, um enorme sentimento me invadiu. Deu-me vontade de largar tudo e ir criar bode no sertão. Depois, me animei mais quando vi que a Corregedoria da Câmara, pressionada pela sociedade, não serviu a pizza, mas encaminhou ao Conselho de Ética os processos contra os deputados citados pelo excelente (e direito) relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). Assim, entre um beijo na bochecha e um chute no traseiro, aos trancos e barrancos, vamos seguindo. Acho que há uma enorme possibilidade de vir alguma pizza de impunidade de aí. Mas espero que ela não seja total. Que pelo menos o comissário José Dirceu, com aquele sotaque de caipira cínico, não seja poupado. Nem esse tal de Luizinho, que não é professor primário, mas professor e primário. Não sei se a pressão da opinião pública evitará que a pizza seja servida. Mas tenho certeza de que se essa pressão poderá evitar a impunidade ampla, geral e irrestrita.

Leda Paulani – A pizza completa com todos os temperos só sairá do forno se não houver outra alternativa para “blindar” a economia. Isso só acontecerá se não houver como conciliar de um lado a manutenção *in totum* da política econômica e do projeto neoliberal e de outro o enfraquecimento profundo de Lula e de seus acólitos. Uma enorme pizza contribuirá para aprofundar o processo de anomia política em curso e seu impacto sobre a sociedade é aquele sobre o qual já falei.

Claro que os interesses em jogo não perderão a oportunidade para tentar rifar por umas boas décadas qualquer ideia, ou projeto, ou princípio que tenha algum parentesco com o lado esquerdo do espectro ideológico. Esse é outro resultado de efeitos danosos não só para a esquerda verdadeira, mas para a própria democracia pois contribuirá decisivamente para desmoralizar a política, implantar um espírito fascista e deixar os interesses e preconceitos das elites soltos na arena. Talvez seja esse o maior crime de Lula e do PT.

Reginaldo de Moraes – Não creio que seja tão grande esse impacto. A assim chamada sociedade brasileira já passou por várias pizzas e fraudes. Está esfolada. O governo militar e seus planos mirabolantes, a Nova República, a novela Tancredo, uma falsa constituinte, a eleição de Collor, um festival de fraudes nos anos 70 e 80. A campanha das privatizações, o maravilhoso cambio do real-dólar, a hipoteca do país diante do FMI, na véspera da eleição de 1998 – tantas outras fraudes nos anos 90. Alguém quer mais fraudes do que a honra da grande imprensa brasileira, que apoiou até mesmo a tortura (e não apenas na palavra, mas na ajuda material)? Que apoiou tudo quanto foi engodo vendido à plebe esfolada?

JU – Qual seria o impacto (emocional e cívico) na sociedade brasilei-